

Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 317418

Classificação

01/03/02

Data 9.6.23



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA Número 2837 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
24 / 6 / 2009
Q Secretário da Mesa <i>Recorreis</i>

Assunto: Situação da empresa têxtil Rodrigues Guimarães, Lda., Rodovia de Covas – Pavilhão n.º 7 – Ap. 2222, 4801-915 Guimarães

Por determinação do SRP, a
Sra. Secretária da Mesa: _____

Destinatário: **Ministro da Economia e Inovação**

09.06.24
[Signature]

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

A empresa em epígrafe levantou, junto do Grupo Têxtil da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional da Assembleia da República, o problema da forma como foi tratada por diversas instituições de crédito, após a aprovação judicial de processo de insolvência com sentença transitada em julgado.

O comportamento dessas instituições, com créditos reconhecidos no processo de insolvências, acaba por se traduzir na impossibilidade de acesso da Empresa em causa ao crédito, afectando «irreversivelmente a sua recuperação comercial e financeira e colocando em risco a sua sobrevivência» – da carta da Empresa, de 15 de Abril de 2009, ao Banco de Portugal. Esta carta tinha sido antecedida de outra, dirigida directamente ao Presidente do Banco de Portugal (9 de Abril de 2009).

A situação aflitiva da Empresa é conhecida do primeiro-ministro (carta de 10 de Fevereiro de 2009), do ministro da Economia e Inovação (por carta dos assessores do primeiro-ministro e secretário de Estado das Finanças e da Administração Pública) e do presidente da AICEP (18 de Março de 2009).

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Economia e Inovação** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

1. Que avaliação faz o Governo da situação económico-financeira da Empresa?
2. Que avaliação é feita das reclamações da Empresa relativamente a instituições de crédito?
3. Que medidas foram tomadas pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública para «corrigir» a posição das instituições de crédito?
4. Que medidas foram tomadas pelo Ministério da Economia e Inovação para responder às solicitações da Empresa?
5. Que razões impedem a Empresa de recorrer às linhas PME Invest?

Palácio de S. Bento, 23 de Junho de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes